



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional Adjunto da Presidência
Gabinete do Secretário

“Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

Nos últimos anos, alguns serviços hospitalares começaram a gerir as solicitações com base em critérios de prioridade clínica, diminuindo significativamente o risco de agravamento da mobilidade e mesmo mortalidade pela demora no atendimento.

O actual Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo, por proposta da Direcção Clínica, preconizou uma série de medidas neste campo, em letra de “Regulamento do Serviço de Consulta Externa”, cujos benefícios, perante a situação anteriormente vivida, parecem evidentes.

Destas normas salientam-se, entre outros aspectos, a criação de normas de referência médica e de acesso às consultas, de responsabilidade pela marcação de consultas, pelo controlo das marcações, das alterações e da desmarcação de consultas ou da sua transferência, medidas que, associadas a outras no âmbito organizativo e de formação, contribuem para a significativa melhoria da acessibilidade e do aumento do nível de confiança dos utentes naquela instituição.

A reformulação dos meios de colheita de dados estatísticos, com a progressiva, mas ainda não total informatização dos seus canais, tem provocado, todavia, alguns atrasos na quantificação global da actividade dos serviços.

No entanto, verifica-se que em 2000, relativamente a 1992 (ano a partir do qual passou a haver individualização estatística dos exames imagiológicos), o número de mamografias foi cerca de 2,6 vezes superior.

Apesar deste significativo salto quantitativo, também na marcação de exames imagiológicos, nomeadamente no caso das mamografias, são levados devidamente em conta os critérios de prioridade, consoante as



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional Adjunto da Presidência
Gabinete do Secretário

situações clínicas, não se tendo identificado situações de atraso comprometedor na realização deste tipo de exames.

Por se atender a critérios de prioridade e de oportunidade de realização (em diversos doentes, nomeadamente nos que estão em controlos periódicos na Unidade de Oncologia Médica, existem intervalos apropriados para a sua realização, chegando-se a proceder a pedidos com cerca de um ano de antecedência), a aceitação de marcações para a realização de mamografias é variável, sendo imediata no caso de situações clínicas suspeitas de corresponderem a doença oncológica.

É oportuno realçar, por outro lado, que apenas devem ser efectuadas mamografias no hospital a utentes hospitalares com situações clínicas suspeitas de corresponderem a doenças mamárias, sejam do foro oncológico ou de natureza benigna, e a utentes hospitalares com maior risco para o aparecimento daquele tipo de afecções.

Fora do contexto de campanhas de rastreio, que obedecem a princípios de organização específicos que não se inserem na actividade normal do serviço de Radiologia, não é reconhecido qualquer benefício à realização periódica de mamografias a utentes sem suspeita de doença mamária.

A organização dos rastreios de doença oncológica não é competência hospitalar devendo este, no âmbito das suas atribuições, possibilitar o atendimento de todas as pessoas rastreadas que apresentem situações que necessitem de meios de diagnóstico ou de tratamento específicos.

Com a mais elevada consideração e estima.

O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*”